

ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências E Esperanças

Environmental Education: Insurgencies, Re-existences and Hopes

Celso Sánchez¹; Bárbara Pelacani²; Inny Accioly³

1 Professor da Pós-graduação em Educação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Coordenador do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur), Rio de Janeiro, Brasil – celso.sanchez@hotmail.com / ORCID 0000-0001-5634-023X

2 Doutoranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social na Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ), Pesquisadora do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur) e do Laboratório Memórias, Territórios e Ocupações: Rastros Sensíveis (LabMEMS), Rio de Janeiro, Brasil - barbara.pelacani@gmail.com / ORCID 0000-0001-9349-0632

3 Doutora em Educação, Professora da Universidade Federal Fluminense, Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR/UFF), Pesquisadora do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur), Rio de Janeiro, Brasil – innyaccioly@hotmail.com /ORCID 0000-0002-7726-4536

Palavras-chave:

Educação Ambiental
Crítica. Movimentos
Sociais. Práticas
Pedagógicas. Sul Global.

RESUMO: O artigo aborda os desafios da educação ambiental no atual contexto de pandemia do corona vírus, de intensificação da degradação ambiental e de recorrência de eventos climáticos extremos. Apresenta o dossiê “Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências e Esperanças” e promove um diálogo entre os autores, com vistas a desenhar caminhos para uma educação ambiental construída na luta e para a luta dos movimentos populares pelos direitos à terra, à água, ao meio ambiente equilibrado, à saúde e educação. Defende-se que a educação ambiental crítica desempenha um importante papel ao promover reflexões sobre o modelo de sociedade, as relações dos humanos com o ambiente e as outras espécies, a desigualdade no uso dos recursos naturais e o desproporcional impacto dos danos ambientais nas populações marginalizadas. Tais reflexões se fazem essenciais para os enfrentamentos que se fazem necessários no pós-pandemia, em um tempo histórico em que o lucro dos capitalistas se coloca acima do valor da vida.

Keywords:

Critical Environmental
Education. Social
Movements. Pedagogical
Practices. Global South.

ABSTRACT: The article addresses the challenges of environmental education in the current context of the corona virus pandemic, the intensification of environmental degradation and the recurrence of extreme weather events. It presents the dossier “Environmental Education: Insurgencies, Re-Existences and Hopes” and promotes a dialogue between the authors, aiming to designing paths for environmental education built on the struggle and for the struggle of popular movements for the rights to land, water, balanced environment, health and education. It argues that critical environmental education plays an important role in promoting reflections on the model of society, the human relations with the environment and other species, the inequality in the use of natural resources and the disproportionate impact of environmental damage on marginalized populations. Such reflections are essential for the necessary confrontations in the post-pandemic, at a historical time when the capitalists' profit is above the value of life.

INTRODUÇÃO

O atual cenário de crise mundial, que engloba as dimensões econômica, política, humanitária e ambiental, de forma sem precedentes coloca a população mundial frente a uma pandemia causada pelo Corona Vírus. Em uma pandemia onde os mais vulneráveis possuem um recorte de classe, gênero e raça (HARVEY, 2020), as mulheres trabalhadoras negras e das periferias são dramaticamente afetadas, recaindo sobre elas a intensificação do trabalho reprodutivo (FEDERICI, 2004) – trabalho não pago exercido no cuidado do lar e da família – sobreposto à superexploração em atividades laborais de baixíssima remuneração, como cuidadoras, domésticas, enfermeiras, funcionárias da limpeza e, também, professoras. Todas essas condições expõe uma profunda desigualdade distributiva da letalidade da pandemia. Se o vírus pode afetar a todos indistintamente, a doença COVID-19 mata mais determinadas franjas sociais notadamente marcadas pela diferença de cor, localização, acesso a saneamento básico e saúde pública, tais elementos nos levam ao cenário que Sato, Moreira e Sánchez, 2020 chamaram de Injustiça Pandêmica, compreendida como a desigualdade distributiva dos efeitos de letalidade da pandemia em função de elementos alheios aos meros efeitos biopatogênicos de um vírus, sendo acrescidos dos elementos estruturais e conjunturais que levam ao quadro de desigualdade socioambiental e sanitária que fomos impelidos no bojo do neoliberalismo, sistema que tem em sua constituição a manutenção de um sistema que leva à constante acentuação das desigualdades sociais e ambientais.

Soma-se ao calamitoso quadro, um processo de degradação ambiental desenfreada e eventos climáticos extremos, que ocorrem com maior frequência e intensidade, trazendo à tona o debate sobre quais condições de vida estaremos deixando para as futuras gerações. Se por um lado o mundo começa a dar-se conta de sua imensa fragilidade em termos de segurança sanitária, por outro ainda parece bastante adormecido no que diz respeito aos cenários e projeções dramáticas que a crise climática acena.

Ao lançarmos olhar para as periferias do capitalismo, observamos que a crise ambiental tem raízes sociais que já condenam, há décadas, populações inteiras à morte. Nestas regiões do planeta, a agenda de desenvolvimento impõe políticas antiecológicas de fortalecimento do novo extrativismo que ameaça os modos de vida das comunidades em vulnerabilidade, que são excluídas como “populações de sacrifício” (Rios, 2020). É destas regiões que emergem os movimentos de resistência e luta pelo direito à terra, à água, ao meio ambiente equilibrado, à saúde e educação. Em síntese, é destas periferias pulsantes que vibra o clamor pelo direito à vida, como grito de sobrevivência.

Este dossiê busca oferecer inspiração e fôlego para a reflexão e atuação na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada com o ambiente, valorizando todas as formas de vida. Estão em exposição percursos de formação do conhecimento para além da reprodução de conteúdos curriculares eurocentrados. Apresentam-se os processos históricos de imposição de conhecimentos e apagamento dos saberes ancestrais oriundos das cosmovisões dos povos indígenas e afrodescendentes. Neste diálogo entre conhecimentos, germinam as possibilidades da construção de outros mundos e vislumbram-se as plataformas de inéditos-viáveis (FREIRE, 1981), de onde saltam sonhos para a construção do presente. Acreditamos que a denúncia do grave quadro de colapso do capitalismo em sua atual etapa, o neoliberalismo, se apresenta como um elemento fundamental para anúncios da transformação radical que se faz necessária para a garantia dos direitos humanos e o direito de existir. A construção do *esperançar*, como nos alenta o mestre Paulo Freire, se faz urgente para que possamos tomar a história em nossas mãos.

Desenham-se assim, os caminhos da Educação Ambiental crítica, transformadora e desde el Sur, como anúncio. Uma Educação Ambiental que parte das mulheres, dos quilombolas, dos povos tradicionais, dos trabalhadores, dos periféricos e periféricas, da comunidade LGBTQIA+, e outros corpos invisibilizados pela cegueira forçada do capitalismo, como das professoras em formação e atuantes, dos universitários, d@s catador@s de material reciclável, dos garis, alunas da escola básica, do povo preto, da luta antirracista, dos pescadores, dos latino-americanos, asiáticos e africanos. Práticas que brotam da terra cultivada e do chão da escola, da luta antirracista, dos conflitos socioambientais e da agroecologia. Com afeto, dignidade, festa, autonomia, trabalho coletivo, compromisso, participação e mobilização para olhar, criticar e atuar diante de um sistema que tem em sua sustentação as injustiças socioambientais na América Latina, na Ásia e na África.

Destacamos a importância de ouvir os saberes locais e atuar junto a eles em um cenário de vertigem, estagnação e retrocessos nas políticas públicas, com o congelamento de investimentos na educação, cultura, ambiente, assim como em outros campos de interesse social. Os novos poderes ampliam os quadros de racismo, homofobia e feminicídio, além da impunidade diante dos crimes socioambientais e da ampliação da necropolítica, como sofisticação do direito de matar de estados totalitários que acentuam seus mecanismos de morte (MBEMBE, 2018).

Neste dossiê observamos o diálogo da Educação Ambiental com os campos da Ecologia Política, da Educação do Campo, da Justiça Ambiental, da Justiça Climática, da Ciência e Tecnologia (C&T), do ensino de ciências e tantos outros, o que reforça o caráter

amplo e transdisciplinar da educação ambiental. Tendo como combustível a indignação e a revolta contra as opressões, constrói-se uma educação ambiental indisciplinada, insubmissa e rebelde em todos os espaços educativos e campos do conhecimento.

O DOSSIÊ

Abre o debate a pergunta de Guimarães e Cartea (2020): “Há Rota de Fuga para Alguns, ou Somos Todos Vulneráveis?”. Fundamentados na crítica à perspectiva disjuntiva paradigmática (uma forma de pensar e fazer disjuntiva, simplificadora e reducionista), os autores analisam as percepções e formulações acerca das mudanças climáticas e os graves impactos das teses negacionistas sobre a vida no planeta. Abordam a necessidade de que os educadores ambientais se engajem em superar as barreiras para se lidar com a crise climática, no sentido de propulsionar a necessária transição para um outro modo de vida.

Com este propósito, os autores apontam estratégias educacionais de emergência a serem adaptadas a cada contexto social: a necessidade de conscientização da população para o apoio e engajamento em políticas de mitigação e adaptação mais radicais; a necessidade de estabelecer conexões significativas entre indivíduos e comunidades com as mudanças climáticas, de forma que possam identificar e assumir responsabilidades e co-responsabilidades nas causas e soluções; a necessidade de articular um currículo que coloque a crise climática entre as prioridades de todos os níveis de ensino.

Frente ao desafio da formação de educadores ambientais diante do contexto de crise, Guimarães e Cartea se propõem a desenvolver estudos que permitam tecer indicadores de uma formação que seja radical. Os autores desenvolvem a proposta teórico-metodológica “ComVivência Pedagógica”, cujos princípios são: desestabilização criativa, reflexão crítica, postura conectiva, indignação ética e intencionalidade transformadora.

Como finalidade, fomentar que a práxis do educador ambiental promova uma postura “para fora”, voltando-se para a esfera pública. É nesta perspectiva que os autores valorizam as ações da jovem ambientalista sueca Greta Thunberg, inspiração para todos nós, que se colocou diante do parlamento e provocou mobilizações em diversos países. Posicionam-se de forma otimista no enfrentamento da crise ambiental e defendem que “Não há uma rota de fuga para alguns, pois somos todos vulneráveis, juntos somos mais fortes na construção de novos caminhos”. Em sua perspectiva, a “armadilha paradigmática” – na qual parte das elites mundiais estaria presa inconscientemente – representaria o naufrágio de todos, sem exceções.

Layrargues (2020), a partir da análise do atual cenário político brasileiro, constrói sua argumentação para defender a necessidade de uma educação ambiental indisciplinada. Conforme aponta o autor, o atual presidente do Brasil, seguindo os negacionistas climáticos, assume políticas antiecológicas de favorecimento dos interesses econômicos do agronegócio, madeireiros e demais representantes dos setores extrativistas.

Ao levar adiante as políticas antiecológicas, o presidente ataca frontalmente o ambientalismo – fazendo acusações de que os ambientalistas escondem motivações ideológicas e financeiras contrárias ao desenvolvimento da economia nacional – e promove a total desresponsabilização do Estado na garantia constitucional da defesa do meio ambiente.

Ao colocarmos em diálogo os textos de Guimarães e Cartea (2020) e Layrargues (2020), observamos que o segundo conduz à compreensão de que determinados grupos sociais se encontram em situação de maior vulnerabilidade do que outros:

Como esse consumidor ecologicamente consciente vai individualmente frear o ímpeto da expansão da propriedade privada latifundiária adentro de territórios indígenas, quilombolas ou de áreas protegidas? Como o seu empenho em economizar água evitando o desperdício doméstico vai impedir os conflitos socioambientais em torno do acesso privado da água como uma mercadoria? E isso em um país que é campeão nas estatísticas de assassinatos de lideranças ambientais, não parece mesmo nada sensato (Layrargues, 2020).

Layrargues (2020) enfatiza que a fraca sustentabilidade do desenvolvimentismo brasileiro não é fruto única e exclusivamente da ignorância ecológica, mas fundamentalmente, da ganância econômica. Esta argumentação é defendida ao afirmar que o problema não seria “a fraca disseminação societária da mensagem ecológica, mas a forte determinação antiecológica por parte dos donos do poder político e da riqueza econômica global. Ou seja, não se trata unicamente de um processo de conversão de consciência, mas de enfrentamento político objetivo”.

Na atual conjuntura de predominância do antiecológismo, Layrargues ressalta a necessidade de que a educação ambiental rompa com a ordem domesticada (portanto conservadora) de constituição do “sujeito ecológico” e se aproxime do “ativismo ecológico com o tempero subversivo da desobediência civil”.

O autor tece críticas às concepções de educação ambiental que apagam a luta de classes e afirmam que “todos estariam de mãos dadas juntos pela cruzada ambiental”. Em nome da salvação da natureza, estas concepções contribuiriam para difundir um fictício apaziguamento social, tornando invisíveis as lutas populares de resistência dos movimentos sociais.

Em seu manifesto por uma educação ambiental indisciplinada, defende: “É preciso também revolta, indignação, sangue nos olhos e punhos cerrados, encarando furiosamente aquele que compromete as condições ambientais e ameaça o sistema da Vida”.

Corroborando com as reflexões de Layrargues (2020) sobre a ganância econômica como raiz da fraca sustentabilidade do desenvolvimento no Brasil, Galieta (2020) adiciona que, na América Latina, o modelo de desenvolvimento adotado é baseado na noção de crescimento econômico. No continente, o motor do crescimento, é o novo extrativismo, cujas atividades provocam desastrosos impactos ambientais e sociais. Em justificativa ao “desenvolvimento” são implementadas monoculturas, um mercado verde e a degradação ambiental.

Na busca pelo crescimento econômico, o campo da Ciência e Tecnologia (CT) teria se desenvolvido e se tornado hegemônico por meio de um processo histórico de imposição de conhecimentos europeus sobre as populações latino-americanas que tiveram (e têm) seus conhecimentos “locais/tradicionais/ancestrais” exterminados. Assim, o campo da CT se constituiria como alicerce para a consolidação do capitalismo contemporâneo – fundado na exploração colonial dos recursos naturais e do trabalho –, contribuindo para perpetuar as desigualdades sociais, raciais e econômicas no continente latino-americano.

Assim, Galieta (2020) propõe uma análise da CT relacionando-a historicamente à colonialidade, à promoção do racismo epistêmico e à exploração dos recursos naturais. Diante da constatação de que o campo dos estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) pouco têm discutido as temáticas socioambientais. A autora defende a necessidade da articulação deste campo com a Educação Ambiental (em sua vertente crítica) e os Estudos Decoloniais (derivados do Grupo Modernidade/Colonialidade). Esta articulação possibilitaria relacionar as funções sociais e epistemológicas da CT, o papel das transferências tecnológicas do Norte global para o Sul global, as denúncias sobre a retórica do desenvolvimento sustentável, os impactos ambientais de atividades econômicas neoliberais e a compreensão histórica e geopolítica da América Latina. Nesta perspectiva, a interculturalidade passaria a ter lugar nas discussões socioambientais na medida em que considera as cosmovisões dos povos indígenas e afrodescendentes, para além do reconhecimento e do respeito às diversidades culturais de populações cujos conhecimentos são ignorados por serem considerados “atrasados”.

Para o campo da educação ambiental, a proposta de Galieta (2020) aporta uma importante contribuição ao ressaltar a necessidade de fortalecer a luta para que os sujeitos historicamente excluídos e subalternizados (pela colonialidade, pela escravidão, pelo

machismo, pela LGTBfobia, pela miséria econômica, pelo racismo ambiental) tenham direito e acesso aos conhecimentos científicos e tecnológicos que fundam a sociedade contemporânea. Contudo, aponta que é igualmente necessário ultrapassar a postura ingênua sobre o ensinar e o aprender conteúdos, conceitos e processos científicos. Neste sentido, é essencial o entendimento da CT enquanto artifício real e simbólico para a efetivação das diferenças estruturadas pela colonialidade que se perpetuam até os dias de hoje.

O trabalho de Accioly (2020) apresenta extensa análise histórica e empírica sobre o contexto africano (em especial o contexto de Moçambique) para corroborar com a defesa de que é função da educação ambiental crítica o engajamento nas lutas pelo direito dos povos aos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Conforme ressaltado, o sistema capitalista faz com que a ciência, que é uma potência espiritual, seja convertida em potência material (em geral por meio da indústria), de forma a contribuir para a acumulação privada de capital. Assim, a apropriação privada do conhecimento científico tornou-se uma força propulsora do desenvolvimento capitalista e dos processos de dominação.

A análise de Accioly (2020) sobre o contexto africano aporta importantes contribuições para se refletir sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelos países latino-americanos. Como exemplo, a compreensão de como se deu a construção e a imposição da “agenda do desenvolvimento” pelos organismos internacionais no continente africano (ACCIOLY, 2020) traz novos elementos que corroboram com a análise de Layrargues (2020) sobre a fraca sustentabilidade do desenvolvimento no Brasil e, por sua vez, corrobora também com Galieta (2020) quando aponta que são as atividades extrativistas que conduzem o projeto de desenvolvimento na América Latina, tornando-o insustentável.

A insustentabilidade da agenda do desenvolvimento, além dos fatores apontados por Layrargues e Galieta, reside no fato de que, para as nações periféricas, ela é baseada em: privatizações; destruição e reestruturação das instituições educacionais a partir dos interesses das corporações; desinvestimento em educação superior; liberalização econômica; apropriação privada do conhecimento (por meio de patentes); estímulos (desregulamentação da legislação trabalhista e ambiental) e isenções fiscais para as corporações transnacionais. Desta forma, provoca expropriação de terras, desemprego, insegurança alimentar, aumento da desigualdade, degradação ambiental e precarização das condições de vida.

Outro aporte que Accioly (2020) faz ao debate iniciado por Galieta (2020) é o entendimento de que nas nações centrais do capitalismo (o Norte global), o desenvolvimento foi possível às custas da construção do subdesenvolvimento da África, que ocorreu por meio

de usurpação de conhecimentos, aniquilamento de culturas e saberes tradicionais, estagnação forçada do desenvolvimento tecnológico local e a extrema violência da escravização e tráfico de seres humanos.

A reflexão crítica sobre a divisão internacional do trabalho – apresentada tanto por Galieta quanto por Accioly – ganha importância para analisar as questões socioambientais no capitalismo contemporâneo, pois apontam a vigência do padrão de dominação colonial de exploração da terra, dos recursos naturais e do trabalho nas nações do Sul global. Este padrão se atualiza com a atuação das corporações extrativistas transnacionais, que exploram intensivamente os recursos naturais e degradam dramaticamente as condições de vida das populações historicamente marginalizadas (camponeses, povos nativos e demais comunidades tradicionais).

Em aliança com as elites políticas locais, as corporações agem por meio de coerção e ameaças aos movimentos sociais, negação do acesso à informação e cooptação de lideranças. Ademais, exercem protagonismo na definição de políticas educacionais (ACCIOLY, 2020). Promovem, desta maneira, a restrição do acesso ao conhecimento científico, o que contribui para a redução das capacidades de monitoramento e controle social sobre os impactos das corporações; de prevenção e controle de doenças causadas pela poluição do ar, do solo e das águas; e de produção de conhecimentos que possam subsidiar a tomada de decisões segundo o interesse público para a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

As análises de Guimarães e Cartea (2020), Layrargues (2020), Galieta (2020) e de Accioly (2020) instigam a reflexão de que a educação ambiental deve estar centrada na luta pelo direito à vida, em sua diversidade cultural e biológica. Na perspectiva crítica, conforme ressalta Accioly (2020), a luta pelo direito à vida, além de englobar a luta por soberania dos povos, acesso à terra e aos recursos naturais, engloba também a luta por acesso ao conhecimento científico, o resgate e valorização dos conhecimentos tradicionais e o controle popular sobre as instituições educacionais.

Para o fortalecimento desta perspectiva de educação ambiental, Loureiro (2020) traz contribuições teórico-metodológicas (ancoradas no marxismo) para a ação educativa com povos tradicionais, que se constituem como sendo os grupos sociais mais impactados pelo modelo de desenvolvimento em curso e são, portanto, agentes prioritários nas lutas transformadoras das relações sociedade-natureza. Para a vertente crítica da educação ambiental, trabalhar com comunidades tradicionais não é uma questão de boa vontade individual, mas de consciência das contradições formadas na totalidade social.

A partir da compreensão destas contradições, Loureiro (2020) destaca a importância da dialogicidade no ato educativo: um diálogo entre sujeitos que pertencem a grupos e classes sociais, o que implica necessidades e interesses diversos e por vezes antagônicos. Como requisitos para um verdadeiro diálogo, o educador deve prezar pela transparência nas rotinas estabelecidas no processo educativo e em suas atividades, pela distribuição de atribuições e responsabilidades, pelo consenso em torno dos princípios e diretrizes pedagógicas, pela consciência da intencionalidade transformadora da realidade, pela definição conjunta de conteúdos e ações, pela explicitação de objetivos, pela problematização dos conteúdos e seus sentidos e pela avaliação participativa permanente de tudo o que se passa.

Na construção do ato educativo com comunidades tradicionais, o autor destaca a importância da arte (como manifestação política) e da ancestralidade. A ancestralidade e as artes – compreendidas não como técnicas, mas em seu potencial emancipador enquanto experiência humana de integração corpo/mente – possibilitam um afastamento da cultura letrada ocidental – fundada, como aponta Accioly (2020), na usurpação de conhecimentos e aniquilamento de culturas e saberes tradicionais. Assim, possibilita-se uma aproximação da oralidade, modo pelo qual diversas culturas estabeleceram por séculos a transmissão de conhecimentos.

Melo e Barzano (2020) também trazem contribuições para pensar a prática da educação ambiental quilombola, articulando a teoria da decolonialidade, as diretrizes para a educação quilombola e o campo da educação ambiental. Os autores destacam a produção de conhecimento quilombola: “o ato de conhecer está vinculado ao saber, à sapiência e ao sábio. O sábio não é o cientista fechado no seu gabinete ou laboratório. Mas é aquele que conhece o mundo através do seu mergulho no mundo”. Pelas práticas da oralidade, os sábios transmitem o conhecimento, a história de enfrentamento, a memória social e ambiental.

Na história de enfrentamento quilombola ecoa a violência da escravização, do tráfico de seres humanos, da usurpação dos conhecimentos tradicionais e do aniquilamento de culturas. São histórias de dominação na África e no Brasil que se entrelaçam nas narrativas orais sobre as resistências. São também histórias que apontam para as raízes do racismo ambiental: a intensa degradação ambiental causada pela exploração colonial em África e nas colônias latino-americanas, que é perpetuada pelas atividades extrativistas das corporações transnacionais.

Melo e Barzano (2020) trazem algumas sugestões para o currículo da educação escolar quilombola, que deve dialogar com os saberes da comunidade, levando em consideração a memória coletiva, as línguas reminiscentes, as práticas culturais, as tecnologias e formas de

produção do trabalho, os acervos e repertórios orais, os festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural.

Dalla-Nora e Sato (2020) apresentam contribuições para se pensar a educação ambiental com pescadores artesanais em um contexto de crise climática e profundas alterações nos regimes das águas e da pesca. As autoras desenvolvem a metodologia da cartografia do imaginário com o intuito de gerar pontes de compreensões das narrativas dos pescadores, como meio de respeitar os contextos vividos da cultura de cada local, que deve ser considerada nas formulações de políticas públicas. Por meio da análise do imaginário de grupos de pescadores, buscam identificar nas mitologias os seres encantados que poderiam ser aliados da educação ambiental para o enfrentamento da crise climática.

Oliveira, Rojas, Prada e Salgado (2020) ressaltam a necessidade da articulação das questões de gênero nas análises e práticas educativas em educação ambiental crítica, de base comunitária. Conforme também é apontado em Melo e Barzano (2020), as autoras afirmam a importância das mulheres como guardiãs de conhecimentos antigos (ancestrais) relacionados aos cuidados com a saúde do ambiente e da comunidade. Oliveira, Rojas, Prada e Salgado (2020) chamam atenção para o fato de que a participação das mulheres nas organizações comunitárias é maior que a dos homens e isso pode estar ligado à responsabilidade imposta às mulheres com os trabalhos domésticos, os cuidados com os filhos, o preparo da alimentação, o plantio e as práticas de cura. Diante da multiplicação dos conflitos socioambientais propulsionados pelo modelo de desenvolvimento em curso na América Latina, as mulheres despontam como sujeitos em vulnerabilidade socioambiental, mas também como importantes lideranças nas resistências.

Rios (2020) traz aportes dos Direitos Humanos a partir dos conflitos socioambientais no currículo de Ciências e Biologia com o intuito de contribuir para pensar estratégias didáticas que revelem a degradação ambiental articulada à violação dos direitos humanos produzida pela atual estrutura social. A autora traz contribuições para o Movimento de Justiça Ambiental em diálogo com a perspectiva crítica da Educação Ambiental. Ao articular a categoria de *zona de sacrifício* com a ideia de *sub-humanidade* propõe pensar em “*populações de sacrifício*”, que destaca a sistemática violação de direitos destinada a grupos sociais específicos. A retirada destes direitos, tanto individuais, quanto coletivos se evidencia quando moradores de zonas de sacrifício saem de sua moradia e transitam pela cidade.

O desafio das práticas escolares é “a visibilização e legitimação discursiva das lutas de populações de sacrifício junto à população como um todo” (RIOS, 2020). Destaca-se a urgência de um processo pedagógico que aborde as violações aos direitos humanos e

sustentabilidade ambiental, assim como a necessidade de enfrentamento diante de argumentos econômicos ou tecnológicos que tenham o intento de legitimar a existência de populações de sacrifício. Com isso, o ensino de ciência e biologia pode fomentar um ambiente discursivo que dá visibilidade e legitimidade às demandas das lutas populares, e contribuir para o fortalecimento de sujeitos coletivos e de mecanismos de gestão democrática essenciais para construção de uma sociedade justa e sustentável.

Ainda sobre o ensino de ciência e biologia, *Marin et al.* (2020) abordam questões atuais que permeiam a educação como branquitude e cisgeneridade para uma formação decolonial de formação de professoras(es) que atuam no campo. As autoras apresentam uma metodologia de escritas coletivas, onde as narrativas dão conta de interações sociais permitindo que as professoras(es) em formação reflitam sobre suas identidades, sobre a biologia como ciência ocidental, e, sobre seu papel no combate às desigualdades sociais e as discriminações, opressões que permeiam a docência. Identificando que a escrita coletiva foi uma possibilidade de corporificar a construção de conhecimento e as práticas de ensino e de aprendizagem.

O artigo nos proporciona uma mirada para a importância do debate a cerca dos movimentos LGBTQIA+, feminismos, mulherismos, movimentos negros, comunidades indígenas, grupos deslocados forçadamente dos seus territórios, prostitutas e moradores de periferias, como representantes de processos de transformação social, que podem e devem estar inseridos na educação em ciências. Destaca-se a importância de tal debate como parte do exercício pedagógico decolonial de onde surgem reflexões tais como a valorização dos “corpos como sujeitos de saber”, a problematização da identidade branca e cisgênera construída como neutra e universal e a garantia de privilégios que a branquitude e a cisgeneridade representam. As autoras reconhecem que “a educação e a ciência também têm corpo”, não sendo apenas uma atividade mental de privilegiados(as), mas também de experiências vivas que se nutrem das vivências corporais de professoras(es) e alunas(os).

Tratando da formação de professores, Freire e Cáceres (2020) abordam o contexto da educação ambiental na Colômbia. Os autores retratam os eventos comunicativos de Educação Ambiental como parte da mobilização de estudantes e do fortalecimento da resistência diante das injustiças ambientais. O trabalho foi realizado através da análise de práticas de Educação Ambiental e do programa de licenciatura com ênfase em Ciências Naturais e Educação Ambiental da Universidade do Valle, em Cali – Colômbia. Além disso, descrevem os espaços de resistência e alertam para o desafio de reconhecer o enfrentamento às questões ambientais locais.

Nesse caminho, com influência dos conhecimentos contra-hegemônicos e do diálogo de saberes, foi identificado que a formação política e as ações de luta e resistência devem estar presentes na formação de professores enquanto cidadãos. Os autores argumentam que o contexto universitário pode apresentar diversos cenários que podem ser peças chave para a formação, onde estudantes experimentam processos de cooperação, atividade crítica e participação. Identificam também que os eventos comunicativos estão carregados de poder, daí sua possibilidade de gerar transformações em diferentes níveis. Propõem a valorização do movimento estudantil como um processo de empoderamento, fomentando a cidadania e incentivando a busca por justiça socioambiental através da mobilização civil. Para Freire e Cáceres (2020) os caminhos de esperança estão nos movimentos estudantis. Tal conclusão é também compartilhada pelos autores ao tratar da formação de estudantes no Brasil, que encontram na esperança crítica um processo e caminho na transformação sociambiental a partir da atuação dos coletivos universitários.

O artigo de Martins (2020) ao apresentar a “Vanguarda Ambientalista” dos coletivos estudantis da Universidade Federal Fluminense anuncia uma Educação Ambiental contextualizada, territorializada. O autor analisa o processo de criação e as atividades de música, pintura, culinária, agroecologia e permacultura desenvolvidas pelo coletivo Recanto através de Pesquisa – Ação – Participativa e Narrativas. As ações do coletivo têm a proposta de integrar saberes científicos, populares e marginais através de um olhar da EA crítica, com o reconhecimento da multiplicidade de conhecimentos significativos.

O coletivo de estudantes busca a participação mais ativa no ambiente universitário e no processo formativo, rompendo com padrões cartesianos e competitivos da academia que geram desesperança nos jovens. Martins (2020) conclui que a influência transformadora dos coletivos estudantis ocorre tanto no universo acadêmico quanto na sociedade como um todo. Ao perceber que os estudantes questionavam a estrutura e o funcionamento acadêmico e, para além disso, apresentavam propostas de reformulação da universidade pública, o trabalho constata a força que emerge dos movimentos estudantis.

Pensando ainda na educação insurgente, Silva e Cosenza (2020) nos brindam com um olhar para a educação do campo sob um viés da justiça ambiental. Diante do atual contexto de desmonte ambiental e educacional, preocupação demonstrada em diversos trabalhos apresentados neste dossiê, as autoras miram a possibilidade de confrontar os efeitos ideológicos do discurso neoliberal. A proposta se utiliza da análise de discurso para se discutir a educação ambiental no caso da monocultura de eucalipto no município de Lima Duarte/MG. Identificando como a escola significa os sujeitos em situação de vulnerabilidade

socioambiental a partir de um olhar decolonial e de epistemologias *desde el sur*, o trabalho tem como objetivo contribuir no processo de construção de sociedades socioambientalmente justas.

Como o desenvolvimento hegemônico se dá de forma a causar desigualdades, acarretando uma expropriação territorial das populações rurais, dos povos e comunidades tradicionais, reconhecer e valorizar saberes e fazeres desses sujeitos é caminho para anunciar pedagogias de resistência e luta pelo território (SILVA; COSENZA, 2020).

Desta forma as autoras reconhecem onde estão as “grietas”, as frestas, por onde podemos ultrapassar muros limitadores e observar perspectivas que potencializam a formação dos sujeitos históricos. O caminho da recontextualização discursiva nos leva para a contra-hegemonia, problematizando as relações de poder que operam na natureza e na dominação do território camponês, indo no sentido de reconhecer na educação do campo uma pedagogia de esperança que alimenta a educação ambiental.

Retornando à Colômbia, Espinosa *et al.* (2020) abordam a Marcha Carnaval, mobilização socioambiental que mobiliza comunidades, povos indígenas, jovens, movimentos sociais, escolas e universidades em prol das questões socioambientais dos seus territórios. Nos incentiva a pensar outras dimensões de luta, incluindo o papel da alegria, do amor e do compromisso na mobilização, pautando uma educação ambiental *desde el Sur* no diálogo de pesquisadores brasileiros e colombianos. Os autores tratam de diversas faces da Ecologia Política para pensar os conflitos socioambientais na América Latina, “com suas nuances, cores, crenças e dores”, ampliando o diálogo com o “giro decolonial”.

As Marchas Carnaval lograram produzir resistência ao consolidar uma narrativa de rejeição nacional e internacional contra o modelo neoextrativista (ESPINOSA *et al.*, 2020). O Comitê Ambiental organiza junto com as comunidades tal expressão artística, cultural e pedagógica de onde emerge a re-existência diante das injustiças socioambientais, tão denunciadas neste dossiê. Na tentativa de construir outra existência, que supere a necropolítica do Desenvolvimento Sustentável em escala global.

Esse processo se evidencia na participação efetiva de sujeitos históricos, que passam a opinar em processos de expropriação onde geralmente não existe diálogo por parte do governo e das empresas. O que posiciona as Marchas como fatos geopolíticos fundamentais no reconhecimento dos conflitos e como parte dos instrumentos de uma Ecologia Política, onde camponeses disputam por diferentes formas de acesso e controle sobre os bens naturais.

Assim, a educação ambiental torna-se um conhecimento capaz de dimensionar delicadas parcelas de vida e as causas de sua degradação. A ação transformadora de uma

Educação Ambiental *desde el Sur* é proposta a partir da colaboração dos diversos grupos sociais em reexistência. Tal perspectiva, *desde el Sur* é apresentada por Rezo *et al.* 2002 e nos trabalhos de Silva e Cosenza (2020); Fortes *et al.* (2020) e descrita nesta apresentação.

Seguindo neste caminho, Silva e Marcomin (2020) apontam para uma Educação Ambiental decolonial e crítica como processo de ruptura com a cultura capitalista, que oprime e aliena os sujeitos, retirando a possibilidade de sonhar. Trazendo também para a cena o conceito de “oprimido ambiental”, amplamente debatido pelo Grupo de Estudos em Educação Ambiental *desde el Sur*.

Tal artigo aborda através da pesquisa qualitativa, fenomenológica, a percepção d@s catador@s de material reciclável sobre o papel que exercem e poderão exercer na sociedade e no seu trabalho, identificando seu lugar no mundo. Para os autores, será através de uma investigação apurada das relações humanas no ambiente que se conhecerão e compreenderão os múltiplos significados e expressões da percepção, visando a avaliação e incorporação de práticas sustentáveis e a valorização profissional daqueles que subsistem dos resíduos sólidos.

@s catador@as trazem à tona através do artigo de Silva e Marcomin (2020) informações potentes para se repensar a Educação Ambiental no cenário atual como “a importância do respeito, da honestidade e responsabilidade nas relações e a valorização do convívio social, isto é, na concepção de um ser ético e participativo”, além do reconhecimento e do afeto, como citado por Espinosa *et al.* (2020). Demonstrando o que as autoras afirmam em seu texto sobre a importância do reconhecimento da fala e existência de tais trabalhadores para enriquecer e preencher o debate ambiental.

As lutas que educam apresentadas por Pelacani *et al.* (2020) trazem o posicionamento de uma Educação Ambiental de Base Comunitária em mobilização através das consultas populares na busca de justiça socioambiental diante do conflito da mineração na Colômbia. Os autores apresentam um processo político de resistência das populações afetadas que provocam o posicionamento do governo nacional e da empresa mineradora, uma atuação dentro do conflito que desvela a desigualdade socioambiental. Identificando que toda exploração e subjugação do ambiente é também um processo de violência contra as comunidades dentro do atual modelo de desenvolvimento que aprofunda e renova a expropriação colonial.

A Educação Ambiental de Base Comunitária (EABC) é apresentada por Pelacani *et al.* (2020) como uma possibilidade de problematização do contexto geopolítico latinoamericano e do legado de suas lutas socioambientais. Preconizando a intervenção nos territórios, a EABC é uma ferramenta para gestão popular dos recursos naturais, aplicada através das Consultas

Populares. O Comitê Ambiental de Defesa da Vida, junto a organizações populares, fez a divulgação internacional do caso com objetivo de defender a autonomia territorial e as consultas populares como mecanismos constitucionais que permitem resolver os conflitos socioambientais de maneira democrática na Colômbia. Os autores destacam a importância de um processo de resistência que parte das comunidades e permite a aprendizagem a partir da sua práxis.

Ao abordar Justiça Ambiental, Capitaloceno e Mudanças Climáticas, Ramos e Campiño (2020) analisam casos no Brasil e na Colômbia, terras do Sul Global onde o capitalismo se potencializa com outros sistemas de opressão como o colonialismo, o racismo e o patriarcado, perpetuando uma longa história de violência. O artigo traz o Capitaloceno como um contraponto ao conceito de Antropoceno que vem sendo difundido abordando a crise socioambiental como um problema causado por uma humanidade global e genérica, sem problematizar a desigualdade de poder e a mercantilização da natureza. O Capitaloceno seria então uma forma de compreender as injustiças socioambientais e os responsáveis pelo desequilíbrio que gera as mudanças climáticas.

A injustiça climática é relacionada ao modelo de desenvolvimento entre os países, segundo Ramos e Campiño (2020), e vai gerar doenças, ampliar o quadro de racismo ambiental e vulnerabilizar ainda mais os grupos sociais menos responsáveis pelos impactos ambientais. No Brasil, o racismo ambiental afeta diretamente os moradores de favela, servindo como uma ferramenta para o estado genocida que oprime os não brancos, povos negros e indígenas. No caso da Colômbia, o conflito armado e a remoção forçada são impulsores da sensibilidade às mudanças climáticas, onde os sujeitos que já necessitam lidar com a perda dos seus meios de subsistência e com a exclusão econômica, são ainda mais impactados.

Oliveira, Anjos, Latini e Santos (2020) abordam as práticas e políticas curriculares para cursos de graduação em psicologia (bacharelado) e em química (licenciatura), através de narrativas. As autoras identificam o currículo como um cabo de força na discussão das novas políticas e proposições governamentais, com base nas memórias de um grupo de pesquisa. Com as lentes da educação ambiental pelo viés crítico-social, “acreditam que as ações e discussões travadas nesse espaço perfazem caminhos para a constituição de sujeitos de ações”. Apontam para uma mobilização transformadora de “re-dizer” e “re-pensar” a partir do olhar singular que questiona as dinâmicas socioambientais e políticas.

Segundo as autoras, na licenciatura em química tem sido lugar do desenvolvimento de ações pedagógicas que desassocia ambiente e sociedade, com práticas de educação

ambiental nas quais o sujeito não entra em cena, somente conceitos são reproduzidos. Como no caso do bacharelado em psicologia, embora o aporte da psicologia no Brasil seja aqueles que dialogam com a subjetividade e com as questões histórico-culturais, práticas comportamentalistas são postas diante da questão ambiental. Em oposição, a cena transcrita neste artigo, a partir da reflexão sobre um projeto de ensino, pesquisa e extensão, é “pravda”: “que é o ato, o encontro com o outro e não a veracidade, o universalmente incontestável” (Oliveira; Anjos; Latini; Santos, 2020. p. 10), é o encontro com a realidade concreta das populações. Com a proposta de escuta atenta às estudantes da escola básica, compreendendo a falta de atenção aos saberes locais e a limitação das políticas públicas que muitas vezes promove práticas conservadoras e desarticuladas do saber popular.

Ribeiro e Maciel (2020) questionam a apropriação da educação por parte dos interesses dominantes para se fortalecerem. Um exercício de ensinar e aprender descolado das necessidades locais é um modelo predominante no Brasil, servindo como instrumento de controle de massa que reforça as relações de poder. Diante de tal fato, trazem como estudo de caso da Escola de Pescadores em Macaé, Rio de Janeiro. Este foi um espaço escolar inovador que não teve continuidade, mas que deixou um legado de cidadania e de formação crítica e dialógica.

Os autores apresentam a experiência narrada por professores e organizadores do Colégio para dar destaque ao projeto que ganhou pouca visibilidade e contou com a dedicação de profissionais do ensino com sensibilidade e visão ampliada do mundo. Esta proposta pedagógica conseguiu ouvir as necessidades locais e elaborar práticas que respondiam a elas, possibilitando a ação popular no ambiente escolar. Um caminho possível para a integração do conhecimento acadêmico com o popular foi germinado ali, com a valorização da cultura regional e uma formação crítica em Educação Ambiental, desvelando as relações de dominação do território.

As pedagogias contra hegemônicas são reconhecidas por Fortes *et al.* (2020) nas práticas e saberes das populações que combatem a necropolítica e a necropedagogia “neste momento histórico de esgarçamento de toda a urdidura social brasileira, com o estabelecimento de uma política pautada na negação do outro”. A necropolítica aparece em outros debates do presente dossiê, como nas reflexões de Espinosa *et al.* (2020). As autoras abordam a gênese histórica e a consolidação da cultura colonizada e deslocam os conhecimentos e as determinações hegemônicas do centro da análise. Identificam assim esse projeto político-pedagógico colonial de desumanização do outro, onde os colonizados são subjulgados e objetificados, processo que para as autoras está em curso até hoje. A violência

colonial é rememorada com a ascensão de um ideal ultraconservador no Brasil, com a eleição presidencial de Jair Messias Bolsonaro, em 2018.

Fortes *et al.* (2020) descrevem a espacialidade e o território enquanto lugar social de resistência, constituídos pelos conhecimentos dos sujeitos e pela enunciação de suas identidades. Como exemplo, nos brindam com o caso da Vila Autódromo - Rio de Janeiro cujos moradores foram alvo de desterritorialização e reagiram ativamente a decretos de remoção e lutaram pela visibilidade de suas reivindicações. E, também apresentam os saberes coletivos das Militivas, mulheres da Zona Oeste do Rio de Janeiro que tem uma proposta de “pesquisa militante” conectada ao território. Através de tais projetos de resistência epistêmica, as autoras apontam caminhos para enfrentar a investida colonial como forma de oposição à política atual, “como um turbilhão em um rio capaz de alterar mesmo que imperceptivelmente o seu curso linear e uniforme” (FORTES *et al.*, 2020). Confluímos então com a educação ambiental que emerge *desde el sur*, suas esperanças e utopias aprendidas das lutas populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos ricos debates expostos, deixamos a reflexão sobre a importância da educação ambiental como espaços de insurgências, re-existências e esperanças para a garantia do direito à vida, em toda sua diversidade de formas e expressões. Relembramos a antropóloga Margaret Mead¹, que ao ser perguntada por um estudante sobre qual seria o primeiro registro civilizatório de cultura humana, ao invés de responder algo como uma invenção tecnológica - um cesto, um anzol, uma roda - respondeu que o primeiro sinal de civilização humana na terra foi um fóssil de um fêmur quebrado e cicatrizado. Essa informação demonstra que, em seus primórdios civilizatórios, o ser humano cuidou e foi cuidado.

Os cenários pós-pandemia do COVID-19 nos colocarão difíceis desafios a partir do aprofundamento da crise econômica mundial que está por vir, por isso é preciso construir o hoje, o aqui e agora para nos prepararmos com o presente para o que estes desafios nos exigirão, e que certamente apontarão para, mais do que nunca, a necessidade do fortalecimento da solidariedade, do companheirismo, dos afetos e do sentido de coletividade a partir dos oprimidos, que farão possível brotar respostas com a radicalidade que se faz necessária neste tempo histórico em que o lucro dos capitalistas se coloca acima do valor da vida humana. Nestes tempos que vivemos é importante, urgente, aprender hoje, o valor do

¹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/empatia-esperanca-e-fe-o-que-podemos-aprender-com-a-crise-do-coronavirus/>

abraço, do afeto, da esperança, da solidariedade, da empatia, da responsabilidade e do respeito ao próximo e da diferença como valores fundamentais e revolucionários, por isso:

Contra os devoradores de futuro:

Reinventar nosso cuidado;

Pisar no presente, assumir o tempo, com o pé na terra;

Olhar para os ventos do futuro;

Colher encontros ancestrais;

Recontar as histórias não contadas;

Imaginar o hoje a partir do passado;

Retornar de onde não se veio e de onde nunca se partiu.

Podemos enfim sonhar os novos passos que queriam nos impedir?

Domar o curso da História com nossas mãos calejadas da labuta?

Contra os devoradores do tempo, assumir a esperança.

Fêmeas resistências vão nos escurecer para a chegada de um tempo outro.

Germinarão fluxos coletivos, chama de vida e arte.

Essa semente que brota no ventre de quem luta,

Que sai da boca de quem sopra o vento, de onde nasce o próprio tempo.

Esperança não é algo que se espera,

Esperança é presente, aqui e agora,

É luta e memória.

Por isso, toda esperança tem pressa,

Quer voar como semente alada,

Porque sabe que as Esperanças são lugares construídos,

São sonhos que se reconhecem,

Nascem do grito dos oprimidos e ecoam,

Como utopias, inéditos viáveis e horizontes.

Poesia coletiva de Celso, Inny e Bárbara

Este dossiê é dedicado à vida, à luta e em respeito aos ideais de Marielle Franco, Dorothy Stang, Bertha Cáceres, Francia Márquez, Chico Mendes, a todos os indígenas assassinados em defesa de seus territórios e a todas e todos que são sementes de vida e esperança.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCIOLY, Inny. Dominação e Resistências na África Subsaariana: Os Ataques aos Direitos ao Conhecimento e à Vida na Agenda do Desenvolvimento. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

DALLA-NORA, Giseli; SATO, Michèle. Brisas, Ardências e Sonhos de Pescadores da Galícia – Espanha. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

ESPINOSA, Gloria Marcela Flórez; STORTTI, Marcelo Aranda; GARCÍA-PARRA, Renzo Alexander. Festa, Disputa Territorial, Reexistência e Educação Ambiental desde el Sur: Um estudo de caso da Gran Marcha Carnaval de Tolima, Colômbia. Dossiê Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências e Esperanças. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation**. New York: Autonomedia, 2004.

FORTES, Bárbara; BEVILAQUA, Patrícia; SÁNCHEZ, Celso. APRENDER COM AS RESISTÊNCIAS, INSISTIR COM AS ESPERANÇAS: de uma herança colonial à construção da utopia. Dossiê Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências e Esperanças. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

FREIRE, Laísa. Eventos Comunicativos de Esperanza en el Contexto de Educación Ambiental en la Formación Inicial de Profesores en Colombia. Dossiê Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências e Esperanças. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1981.

GALIETA, Tatiana. A Noção de Desenvolvimento como Eixo Estruturante para a Reflexão Sobre Temáticas Socioambientais: Contribuições de Três Campos de Conhecimento. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

GUIMARÃES, Mauro; CARTEA, Pablo Ángel Meira. Há Rota de Fuga para Alguns, ou Somos Todos Vulneráveis? A Radicalidade da Crise e a Educação Ambiental. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

HARVEY, David. Política anticapitalista en tiempos de coronavirus. In: **Sopa de Wuhan: Pensamento Contemporaneo en tiempos de pandemias**. 1ª Ed. ASPO - Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio. 2020.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Manifesto por uma Educação Ambiental indisciplinada. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. Contribuições teórico-metodológicas para a educação ambiental com povos tradicionais. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

MARIN, Yonier Orozco; NUNES, Pâmela; CASSIANI, Suzani. A branquitude e a cisgeneridade problematizadas na formação de professoras(es) de ciências e biologia: Uma proposta decolonial no estágio supervisionado. Dossiê Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências e Esperanças. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

MARTINS, Paolo. Coletivos Estudantis como Vanguarda Ambientalista: uma análise sobre o Recanto na Universidade Federal Fluminense. Dossiê Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências e Esperanças. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. São Paulo, sp: n-1 edições. 2018.

MELO, André Carneiro; BARZANO, Marco Antonio L. Re-existências e Esperanças: Perspectivas decoloniais para se pensar uma Educação Ambiental Quilombola. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

OLIVEIRA, Luiza Rodrigues; ANJOS, Maylta Brandão; LATINI, Rose Mary; SANTOS, Maria Bernadete Pinto. Educação Ambiental, Práticas e Políticas Curriculares na Graduação: Narrativas sobre Projetos Acadêmicos. Dossiê Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências e Esperanças. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

OLIVEIRA, Carolina Alves G.; ROJAS, Luz Ángela P.; PRADA, Katiuska Andrea F.; SALGADO, Stephanie Di Chiara. O que os Movimentos de Mulheres e os Ecofeminismos do Sul nos Ensinam? Apontamentos para a Educação Ambiental de Base Comunitária. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

PELACANI, Bárbara; GARCÍA-PARRA, Renzo Alexander; VERA-RODRÍGUEZ, Jorge Mario; SÁNCHEZ, Celso. Las luchas que educan: La Educación Ambiental de Base Comunitaria y las Consultas Populares en el conflicto minero en Colombia. Dossiê Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências e Esperanças. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

RAMOS, João Marcelo Quintiliano; CAMPIÑO, Iván Darío Loaiza. Justicia Ambiental, Capitaloceno y Cambio Climático en Brasil y Colombia. Reflexión crítica. Dossiê Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências e Esperanças. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

RIBEIRO, Clarissa de Almeida Aguiar; MACIEL, Marcelo de Abreu. Escola, relações de dominação e experiências emancipatórias: o caso do Colégio Municipal de Pescadores de Macaé. Dossiê Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências e Esperanças. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

RIOS, Natalia Tavares. Educação Ambiental e Direitos Humanos: uma abordagem a partir dos conflitos socioambientais no currículo de Ciências e Biologia. Dossiê Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências e Esperanças. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

SATO, M, MOREIRA, D, SÁNCHEZ, C. Vírus: Simulacro de vida? Cadenos de Balbúrdia-Vírus, UFMT, UNIRIO. Disponível em : <https://gpeaufmt.blogspot.com/p/materiais-e-apoio-pedagogico.html> consultado em 3 de maio de 2020.

SILVA, Michele Alice; COSENZA, Angélica. A Monocultura de Eucalipto no município de Lima Duarte (MG): Educabilidades Insurgentes a partir da Educação do Campo. Dossiê Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências e Esperanças. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.

SILVA, Rafael Cardoso; MARCOMIN, Fátima Elizabeti. Desvelamento da percepção dos catadores de material reciclável: possibilidades à resistência. Dossiê Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências e Esperanças. **Revista Ensino, Saúde e Ambiente – VX (X)**, pp. XX-XX, mês. 2020.